



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$90

Toda a correspondência, quer official, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre . . . . . 130\$
A 1.ª série . . .	90\$	» . . . . . 43\$
A 2.ª série . . .	80\$	» . . . . . 43\$
A 3.ª série . . .	80\$	» . . . . . 43\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;  
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, do 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Direcção Geral da Imprensa Nacional de Lisboa

## AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originaes destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo em branco.

## SUMÁRIO

### Ministério do Interior:

Portaria n.º 7:492 — Designa a constituição heráldica da bandeira, armas e sêlo da Câmara Municipal do concelho de Sousel.

### Ministério das Finanças:

Decreto n.º 22:056 — Prorroga até 2 de Abril do corrente ano os prazos das moratórias concedidas pelos decretos n.ºs 20:368 e 21:462 ao Banco Sardinha e Banco da Madeira, ambos com sede no Funchal.

### Ministério da Guerra:

Rectificação ao decreto n.º 22:038, que modifica a actual legislação de reformas a aplicar às praças de pré.

### Ministério da Marinha:

Decreto n.º 22:057 — Dá nova redacção à nota (a), acêrca do uso da espada, da tabela anexa ao decreto n.º 18:042, que approvou e pôs em vigor o plano de uniformes para officiaes, guardas-marinhas e aspirantes das diversas classes da armada.

Portaria n.º 7:493 — Manda passar ao estado de meio armamento a canhoneira *Benço*.

Decreto n.º 22:058 — Fixa em 6 por cento nas importações e 12 por cento nas exportações o bônus pautal para protecção à marinha mercante nacional, prescrito no n.º 1.º do artigo 1.º do decreto n.º 7:822, na parte que ainda não foi revogada.

Declaração de ter sido, por despacho ministerial, autorizada a transferência de uma verba do actual orçamento.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público ter o Egipto ratificado, em 11 de Outubro de 1932, a Convenção Internacional relativa à repressão do tráfico de brancas, assinada em Paris em 14 de Maio de 1910.

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto n.º 22:059 — Determina que, enquanto não fôr definida a rede eléctrica nacional, todas as licenças para estudo de aproveitamentos hidro-eléctricos sejam dadas a título precário, sem direito a indemnizações caso tais aproveitamentos não venham a ser englobados naquela rede.

Decreto n.º 22:060 — Introduce várias alterações no decreto n.º 19:219, que regula a passagem para o Ministério da Marinha dos postos semaforicos que estavam a cargo da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário do Governo* n.º 307, de 31 de Dezembro findo, inserindo os seguintes diplomas:

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto n.º 22:055 — Determina que a continuação e conclusão das obras de construção do novo Arsenal do Alfeite passem a ficar sob a administração do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Nova publicação, rectificada, do § 1.º da base XVI do contrato a celebrar entre o Governo e a Companhia das Águas de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 22:028.

Contrato entre o Governo e a Companhia das Águas de Lisboa, nos termos das bases aprovadas pelo decreto n.º 22:028.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Portaria n.º 7:492

Atendendo ao que representou a comissão administrativa da Câmara Municipal do concelho de Sousel e tendo em vista o parecer da secção de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que a constituição heráldica da bandeira, armas e sêlo daquele município seja a seguinte:

De azul, com duas setas de ouro cruzadas em aspa, atadas de vermelho e acompanhadas de quatro abelhas de ouro. Contra-chefe ondado de prata e azul. Coroa mural de torres de prata. Listel branco com letras pretas. Bandeira amarela, cordões, borlas, haste e lança de ouro.

Paços do Governo da República, 2 de Janeiro de 1933. — O Ministro do Interior, *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Inspeccão do Comércio Bancário

Decreto n.º 22:056

Considerando que o Banco Sardinha e o Banco da Madeira, ambos com sede no Funchal, não têm podido desmobilizar os valores do activo devido à permanência e intensidade da crise que afectou aquela praça;

Considerando que os valores de que dispõem permitem encarar a possibilidade de se resolver definitivamente a crise que atravessam;

Considerando que a promulgação de medidas adequadas àquele fim só é possível depois de concluído estudo já iniciado;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os prazos das moratórias concedidas pelos decretos n.ºs 20:368, de 8 de Outubro de 1931, e 21:462, de 11 de Julho de 1932, são prorrogados até 2 de Abril de 1933.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 2 de Janeiro de 1933. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Daniel Rodrigues de Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

### Repartição do Gabinete do Ministro

#### Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 304, de 28 do corrente mês, e no decreto n.º 22:038, artigo 3.º, onde se lê: «outra circunstância», deve ler-se: «outra circunstância de carácter disciplinar».

Lisboa, 30 de Dezembro de 1932. — O Chefe do Gabinete, *José Jorge Ferreira da Silva*, coronel.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Comando Geral da Armada

#### Repartição do Pessoal

#### Decreto n.º 22:057

Convindo esclarecer as disposições relativas ao uso da espada pelos oficiais e aspirantes das diversas classes da armada em alguns casos de dúvida;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Marinha:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º A nota (a) da tabela anexa ao decreto n.º 18:042, de 9 de Janeiro de 1930, que aprovou e pôs em vigor o plano de uniformes para oficiais, guardas-marinhas e aspirantes das diversas classes da armada, passa a tor a seguinte redacção:

(a) O uso da espada é dependente da natureza do serviço e situação, só sendo usada nos casos dos

n.ºs 16.º, 18.º e 27.º quando fôr determinado em ordem, e igualmente do n.º 25.º na parte em que se refere a passeios.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 2 de Janeiro de 1933. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Anibal de Mesquita Guimarães*.

#### Portaria n.º 7:493

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a canhoneira *Bengo* passe ao estado de meio armamento com a lotação seguinte:

#### Oficiais

Primeiro tenente, encarregado do comando . . .	1	
Segundo tenente ou guarda-marinha engenheiro maquinista, ou segundo tenente ou guarda-marinha maquinista condutor . . . . .	1	2

#### Brigada de marinheiros

Primeiro ou segundo sargento de manobra . . .	1	
Primeiro ou segundo sargento artífice carpinteiro . . . . .	1	
Cabo de manobra . . . . .	1	
Marinheiros de manobra . . . . .	3	
Grumetes de manobra . . . . .	10	
Segundo cozinheiro . . . . .	1	
Criado de câmara . . . . .	1	18

#### Brigada de artilheiros

Primeiros ou segundos sargentos artilheiros . .	2	
Marinheiros artilheiros . . . . .	4	
Grumetes artilheiros . . . . .	4	10

#### Brigada de mecânicos

Primeiro sargento condutor de máquinas . . .	1	
Primeiros ou segundos sargentos condutores de máquinas . . . . .	2	
Cabo fogueiro . . . . .	1	
Marinheiros fogueiros . . . . .	8	
Marinheiro torpedeiro . . . . .	1	
Grumetes fogueiros . . . . .	6	19

Total . . . . . 49

Paços do Governo da República, 2 de Janeiro de 1933. — O Ministro da Marinha, *Anibal de Mesquita Guimarães*.

### Direcção Geral da Marinha

#### Direcção da Marinha Mercante

#### Decreto n.º 22:058

Para execução do disposto na parte final do artigo 1.º do decreto n.º 20:304, de 12 de Setembro de 1931;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1929, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Marinha:

Hei por bem decretar:

Artigo único. É fixado em 6 por cento nas importações e 12 por cento nas exportações, desde a data da

publicação deste decreto, o bônus pautal prescrito no n.º 1.º do artigo 1.º do decreto n.º 7:822, de 22 de Novembro de 1921, na parte que ainda não foi revogada.

Os Ministros das Finanças e da Marinha assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 2 de Janeiro de 1933. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Anibal de Mesquita Guimarães*.

#### 6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Para os devidos efeitos se declara que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 24 de Novembro do corrente ano, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência de 30.000\$ da alínea e) do artigo 121.º para a alínea j) do mesmo artigo do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 30 de Dezembro de 1932. — O Director de Serviços, *R. Quintanilha*.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

#### Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o Governo francês, o Egipto ratificou, em 11 de Outubro de 1932, a Convenção Internacional relativa à repressão do tráfico de brancas, assinada em Paris em 4 de Maio de 1910, e Protocolo final, da mesma data.

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 26 de Dezembro de 1932. — O Director Geral, *Augusto de Vasconcelos*.

### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

#### Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

##### Repartição de Aproveitamentos Hidráulicos

#### Decreto n.º 22:059

Estabelecendo os artigos 45.º e 47.º do decreto n.º 5:787-III, de 10 de Maio de 1919, a forma de poder ser dada a qualquer cidadão licença para estudos de aproveitamentos hidro-eléctricos, por utilidade pública, das águas dos rios;

Estando em estudo a construção da rede eléctrica nacional;

Tornando-se necessário acautelar os interesses do Estado;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto não fôr definida a rede eléctrica nacional todas as licenças para estudos de aproveitamentos hidro-eléctricos serão dadas a título precário, sem direito a indemnizações caso tais aproveitamentos não venham a ser englobados naquela rede.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 22 de Dezembro de 1932. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Daniel Rodrigues de Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

#### Administração Geral dos Correios e Telégrafos

#### Decreto n.º 22:060

Reconhecendo-se que o decreto n.º 19:219, de 9 de Janeiro de 1931, tal como está redigido, acarreta na prática dificuldades de vária ordem, derivadas do facto de os serviços executados pelas antigas estações semafóricas ficarem dependendo simultaneamente do Ministério da Marinha e da Administração Geral dos Correios e Telégrafos;

Considerando a necessidade de suprimir o § 2.º do artigo 1.º e de alterar o artigo 3.º do mesmo decreto;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros da Marinha e das Obras Públicas e Comunicações:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º Os artigos 1.º e 3.º do decreto n.º 19:219, de 9 de Janeiro de 1931, passam a ter a redacção seguinte:

Artigo 1.º A Administração Geral dos Correios e Telégrafos entregará ao Ministério da Marinha os postos semafóricos, lavrando-se para cada um o respectivo auto de entrega, acompanhado do inventário de todo o material com o seu respectivo valor e das linhas telegráficas que ligarem os postos semafóricos às estações telégrafo-postais.

§ único. Tanto os autos como os inventários serão feitos em duplicado, assinados e rubricados pelos representantes da Administração Geral dos Correios e Telégrafos e do Ministério da Marinha que fizerem a entrega.

Artigo 3.º Os postos semafóricos só poderão fazer serviço público marítimo por intermédio da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, para o que, sempre que fôr julgado conveniente, a Administração Geral dos Correios e Telégrafos construirá, por encargo do Ministério da Marinha, as necessárias ligações telegráficas entre os postos semafóricos e as estações telégrafo-postais.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Marinha e das Obras Públicas e Comunicações assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 30 de Dezembro de 1932. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *Duarte Pacheco*.

